

EMBAIXADA DO BRASIL EM LIMA
RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADOR MARCOS RAPOSO LOPES

Transmito, a seguir, relatório simplificado de minha gestão à frente da Embaixada do Brasil em Lima, desde setembro de 2015.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

2. Desde minha assunção como Embaixador do Brasil no Peru, percebi a sincera simpatia com que o Brasil é visto pela população do país, bem como a importância conferida, nas mais altas instâncias públicas e privadas, ao relacionamento bilateral.

3. A relevância historicamente conferida às relações entre Brasil e Peru, por sucessivos governos, compõe quadro de reconhecimento recíproco da necessidade de mantermos fluída interlocução diplomática, bem como em outros campos de convergência e interesse para os dois países.

CENÁRIO POLÍTICO

4. O início de minha gestão coincidiu com os últimos 10 meses do governo do presidente Ollanta Humala (2011-2016) e se concluirá depois de três anos de movimentos conturbados no cenário político local, com a posse de dois presidentes.

5. No plano interno, Humala concluiu seu governo fustigado por uma impopularidade recorde e por acusações de corrupção contra si e a primeira-dama Nadine Heredia. Após as eleições gerais, as investigações por lavagem de dinheiro e contribuições ilegais às campanhas de 2006 e 2011 levaram à prisão preventiva, mantida até o momento, do ex-mandatário e de sua esposa. Por razões similares, o ex-presidente

Alejandro Toledo (2001-2006), encontra-se foragido nos EUA, com pedido de extradição em curso.

6. A embaixada acompanhou o processo eleitoral de 2016, que teve como vencedor Pedro Pablo Kuczynski (do partido "Peruanos por el Cambio"), com 8.596.937 votos, contra 8.555.880 de Keiko Fujimori ("Fuerza Popular"), diferença de 41.057 ou 0,24%. O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro José Antonio Dias Tóffoli, integrou a Missão de Observação Eleitoral da UNASUL durante as eleições gerais, em 10 de abril daquele ano, acompanhado pela ministra Luciana Lóssio, que participou da Missão da Organização dos Estados Americanos (OEA). No segundo turno, o ministro Gilmar Mendes foi o representante brasileiro na missão da UNASUL.

7. O partido "Fuerza Popular" (fujimorista) logrou formar bancada com 73 Congressistas, assegurando maioria absoluta em universo de 130 cadeiras. Com isso, manteve, ao longo de um ano e meio, política incessante de obstrução das propostas de Kuczynski e de contestação de seus ministros, o que levou à renúncia de cinco deles e à queda do gabinete do presidente do Conselho de Ministros, Fernando Zavala, em setembro de 2017.

8. Essa exacerbação culminou com o primeiro pedido de destituição ("vacância"), pelo Congresso, do presidente Pedro Pablo Kuczynski, em 21 de dezembro de 2017, por "incapacidade moral", devido a supostas consultorias por ele prestadas à empresa Odebrecht, quando ocupava cargos de ministro da Economia e de presidente do Conselho de Ministros na gestão de Alejandro Toledo. Kuczynski conseguiu se salvar graças à arregimentação, por parte de Kenji Fujimori, de dissidentes do "Fuerza Popular", que se abstiveram na votação. Três dias depois, em gesto que lhe angariou maciça impopularidade, Kuczynski concedeu o polêmico indulto humanitário ao ex-presidente Alberto Fujimori.

9. No final de fevereiro deste ano, contudo, teve lugar o depoimento do ex-CEO da Odebrecht no Peru, Jorge Barata,

prestado ao Ministério Público peruano, em São Paulo. As informações de Barata atingiram diretamente o presidente Pedro Pablo Kuczynski, para o qual a empresa teria dado, com o conhecimento do ex-mandatário, USD 300 mil na campanha presidencial de 2011. Nesse cenário de novas denúncias e de persistente ressentimento pelo indulto a Fujimori, parlamentares de cinco bancadas apresentaram uma segunda moção de destituição de Kuczynski no Congresso peruano.

10. Na antevéspera da votação da moção, a divulgação de vídeos, que mostravam parlamentares dissidentes do grupo de Kenji Fujimori tentando convencer o congressista fujimorista Moisés Mamani a votar contra a destituição presidencial, provocou um dos maiores escândalos políticos dos últimos anos no Peru. Na tarde de 21 de março, Pedro Pablo Kuczynski apresentou sua carta de renúncia ao Parlamento peruano.

11. Após a renúncia de Pedro Pablo Kuczynski, o primeiro-vice-presidente e então Embaixador no Canadá, Martín Vizcarra, retornou a Lima e assumiu, no dia 23 de março, a Presidência da República do Peru. Em 2 de abril, apresentou seu novo gabinete, mudando os titulares, tal como havia anunciado, de todas as pastas ministeriais.

12. É neste cenário que o novo chefe do posto deverá identificar interlocutores, dentro do governo de Martín Vizcarra, que possam reimpulsionar as relações bilaterais Brasil-Peru.

RELAÇÕES FEDERATIVAS E PARLAMENTARES

13. Considero de grande importância que o embaixador do Brasil no Peru possa realizar viagens às cidades e centros políticos mais importantes do país fora de Lima. Muitas dessas regiões se ressentem contra o "centralismo decisório" de Lima. Ademais, o novo presidente Martín Vizcarra tem sua origem política em Moquegua, departamento de 180 mil habitantes, no sul do país, e sua assunção tem

sido encarada como uma possível mudança a favor de políticas públicas voltadas para o interior do Peru.

14. Procurei manter encontros com autoridades locais (governadores e prefeitos, que atribuem sempre grande importância à visita do embaixador do Brasil), por ocasião das visitas oficiais que realizei às cidades de Chiclayo, no departamento de Lambayeque, norte do Peru (novembro de 2015); Trujillo, centro da macrorregião de maior dinamismo econômico fora de Lima (agosto de 2016); Iquitos, onde mantemos um Consulado de carreira e para onde me desloquei a convite do presidente da Comissão de Relações Exteriores do Congresso, Juan Carlos del Águila Cardenas (julho de 2017); e Arequipa, atendendo a convite para participar da 33ª PERUMIN, maior encontro na área de mineração do país (setembro de 2017).

15. Convém igualmente mencionar a importância que deve ser emprestada às relações entre os Parlamentos de ambos países. Desde o início de minha gestão, mantive regulares contatos com parlamentares peruanos e, em especial, com integrantes da Liga Parlamentar Peru-Brasil. Os congressistas da Liga manifestam ao Posto contínuo desejo de estreitar laços com seus homólogos brasileiros, o que traz à tona a necessidade de que seja conformada a seção brasileira da Liga, o que abrirá importante caminho de interlocução política entre os dois países. Prova da relevância desse diálogo pôde ser observada por ocasião da visita a Lima do presidente da Câmara dos Deputados do Brasil, deputado Rodrigo Maia, em agosto de 2017, acompanhado de expressiva delegação parlamentar, a convite do presidente do Congresso peruano, Luis Galarreta, para participar de reunião regional sobre a Venezuela.

POLÍTICA EXTERNA

16. O posto preocupou-se em acompanhar a evolução da política externa peruana, que, apesar de preservar notável estabilidade ao longo dos últimos anos, buscou, ao início da gestão de Kuczynski, elevar seu perfil, sobretudo na

aproximação com países da Ásia-Pacífico e no contexto hemisférico e regional.

17. A política externa do Peru manteve, ao longo dos últimos governos, viés notadamente econômico, com prioridade para os países do Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), do Acordo para a Associação Transpacífica (CPTPP) e, no plano bilateral, com a China, país escolhido por Kuczynski como destino de sua primeira viagem internacional, em 2016, mesmo ano em que o país sediou a Cúpula da APEC. A revisão da política comercial promovida por Donald Trump, no entanto, frustrou as expectativas peruanas ao reduzir o peso econômico do CPTPP. Nesse contexto, ganhou relevo ainda maior a postulação do país para ingressar à OCDE.

18. No plano hemisférico, o Peru pretende projetar-se como importante parceiro regional dos EUA, com o qual possui acordo de livre-comércio vigente desde 2009 e sólida cooperação em matéria de defesa e combate ao narcotráfico. A busca de aproximação com os Estados Unidos assume maior relevância com a realização da VIII Cúpula das Américas, em 13 e 14 de abril corrente, sobre o tema "Governabilidade Democrática e Combate à Corrupção" (proposta peruana). A Cúpula realça a diplomacia peruana em contexto hemisférico, mas o tema escolhido acabou por expor *urbí et orbi* a contradição entre a imagem externa que se busca projetar e a realidade interna de um país onde a recente destituição do presidente ocorreu na esteira de uma sequência de escândalos de corrupção envolvendo não somente o ex-mandatário, mas seus antecessores e a líder da oposição.

19. No âmbito regional, confere-se prioridade para a Aliança do Pacífico (AP), vista como exitosa estratégia para projeção do modelo econômico dos quatro países que a integram. O Peru tem demonstrado postura reticente no que se refere à aproximação entre MERCOSUL e Aliança do Pacífico. O país tem mantido posição bastante assertiva contra o governo de Nicolás Maduro, liderando a conformação, em agosto de 2017, do Grupo de Lima.

20. As relações políticas do Peru com os vizinhos limítrofes, algumas ainda marcadas por tensões territoriais, desenvolvem-se principalmente no marco dos chamados "Gabinetes Binacionais", reuniões bilaterais encabeçadas pelos Chefes de Estado, acompanhados pelos titulares das pastas ministeriais. Entre 2017 e 2018, foram realizados Gabinetes com Colômbia, Chile, Bolívia e Equador. A chancelaria peruana pleiteia de maneira consistente o estabelecimento de instrumento análogo com o Brasil.

21. O país vive momento favorável de projeção no plano multilateral, tendo obtido êxito em iniciativas regionais (Grupo de Lima e Cúpula das Américas) e candidaturas recentes (SELA e TPI, sobretudo). Na OEA e na ONU, posicionou-se firmemente a respeito da questão política venezuelana. Registre-se, por fim, que o Peru, em janeiro de 2018, passou a ocupar assento não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (mandato 2018-2019), tendo assumido a presidência do órgão ao início deste mês.

RELAÇÕES BILATERAIS

22. Em minha gestão à frente da embaixada, as relações políticas bilaterais viram-se afetadas tanto pelo agravamento da crise política peruana, como pela repercussão negativa das investigações da operação Lava Jato no Peru. Trabalhei para conferir normalidade institucional ao diálogo político bilateral, mas a agenda de encontros de alto nível prevista para 2017 foi gradualmente abandonada pela parte peruana.

23. No início do governo Kuczynski, em julho de 2016, a chancelaria peruana havia proposto ao lado brasileiro a organização de uma agenda (*hoja de ruta*) de encontros bilaterais para 2017. A agenda incluía, inicialmente, reuniões de trabalho entre o Diretor-Geral (Subsecretário) de Américas do Torre Tagle e seu homólogo brasileiro, o Senhor Subsecretário-Geral da América Latina e Caribe (SGALC) do MRE; o Diretor-Geral (Subsecretário) para Assuntos Multilaterais e Globais da chancelaria peruana com

o Senhor Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais, Europa e América do Norte (SGEAM) do MRE; e a realização das reuniões, em nível de Vice-Chanceleres, da Comissão Vice-Ministerial de Integração Fronteiriça (CVIF) e do Mecanismo Bilateral de Consultas Políticas. O processo culminaria com eventual visita presidencial ao Brasil. A proposta foi sendo postergada pelas autoridades peruanas, diante do agravamento do cenário político local. Da programação originalmente prevista, somente o encontro do Subsecretário de Américas e o Senhor SGALC se concretizou em outubro de 2017.

24. A visita do Senhor Secretário-Geral a Lima, em novembro de 2017, permitiu certo relançamento do diálogo político entre as chancelarias, com o agendamento de reuniões para o início de março. No entanto, após a V Reunião do Grupo de Lima, em fevereiro de 2018, quando o Brasil insistiu na posição de que o encontro não constituía foro apropriado para "desconvidar" a Venezuela da VIII Cúpula das Américas, o Torre Tagle desmarcou os compromissos, retardando, uma vez mais, a retomada e normalização do diálogo político bilateral.

25. Procurei priorizar, ao lado dos canais institucionais de diálogo entre chancelarias, a preservação do conceito positivo que a sociedade, o Estado e o empresariado peruanos sustentam em relação ao Brasil e às relações bilaterais. Diversas áreas de cooperação (temas fronteiriços, defesa, combate a ilícitos transnacionais, assistência humanitária, doações de medicamentos e vacinas pelo Ministério da Saúde e Fiocruz a pedido do governo peruano), avançaram com constante aproximação entre órgãos de Estado menos expostos à conjuntura política local. A conjuntura desfavorável não comprometeu, portanto, a natural vitalidade das relações bilaterais. Mesmo no plano político, frequentes missões de autoridades brasileiras, como ministros e parlamentares, asseguraram a fluidez do diálogo sobre temas da agenda bilateral. Essas interações carecem, contudo, de marco institucional para melhor seguimento dos compromissos assumidos pelas autoridades nacionais.

PANORAMA ECONÔMICO-FINANCEIRO

26. A Embaixada manteve permanente acompanhamento da conjuntura econômica peruana, cujo desempenho se tem destacado, na América Latina, por ritmo consistente de crescimento. A economia peruana cresceu 2,5% em 2017, impulsionada pelos setores de mineração (+3,19%), agropecuária (+2,62%) e serviços (+2,74%). Esses dados demonstram a significativa participação do setor externo na atividade econômica, em especial a exportação de *commodities* metálicas. No plano interno, persistem desafios relacionados à diversificação produtiva (setor industrial teve queda de 0,27% em 2017), à informalidade do mercado de trabalho (que abarca 73% da mão-de-obra) e a carências em infraestrutura.

27. Dentre as ações realizadas, destaca-se a assinatura, em abril de 2016, do Acordo de Ampliação Econômico-Comercial entre Brasil e Peru. O instrumento estabelece liberalização de serviços e abertura dos mercados de compras públicas, além de incluir capítulo de investimentos, que prevê garantias de não-discriminação e mecanismo de arbitragem. O Acordo foi aprovado pelo Congresso Nacional brasileiro em 23/03/2017. O governo peruano, no entanto, ainda não ratificou o instrumento e mostra-se reticente quanto à sua internalização, haja vista o atual contexto de investigações envolvendo empresas brasileiras no país e autoridades do governo. O persistente adiamento peruano da ratificação do Acordo evidencia a dificuldade em conferir normalidade às relações bilaterais.

28. Consagrou-se igualmente, durante a negociação daquele instrumento, o estabelecimento de Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 58 (ACE-58) para desgravação imediata, em favor do Brasil, de cinco linhas tarifárias automotivas. Depositado na Secretaria Geral da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) somente em 27 de março de 2018, o protocolo adicional deverá favorecer a abertura do mercado peruano às exportações brasileiras de veículos leves e picapes.

29. Sugere-se que, em continuidade às sucessivas gestões realizadas pela Embaixada, sejam reforçados contatos junto ao ministério de Comércio Exterior e Turismo (MINCETUR), ao ministério de Economia e Finanças e à chancelaria peruana com vistas à pronta internalização do Acordo de Ampliação Econômico-Comercial, que possibilitará o incremento do intercâmbio bilateral.

INFRAESTRUTURA

30. A embaixada acompanhou o caso das empresas brasileiras, especialmente daquelas ligadas ao setor de construção, que passaram a enfrentar dificuldades para realizar negócios no Peru, após as revelações das investigações da operação Lava Jato e suas implicações no cenário político peruano. O governo do ex-presidente Pedro Pablo Kuczynski, em resposta às investigações, publicou o Decreto Presidencial de Urgência 003, que congelou os ativos e impediu sua transferência para o exterior pelas 55 empresas com participação acionária da Odebrecht.

31. Foi possível identificar, no entanto, dificuldades para atuação de empresas brasileiras independentemente de estarem citadas em casos de corrupção. Diante dessa nova realidade, o posto buscou manter diálogo permanente não apenas com as empresas brasileiras afetadas, como também com o governo e o setor privado peruanos, no intuito de evitar discriminação pelo simples fato de as empresas terem origem brasileira. É ilustrativo o caso do Consórcio Paracas, formado pelas brasileiras Pattac e Tucumann, além da espanhola Servinoga, que teve negada, por solicitação de autoridades judiciais peruanas, em um primeiro momento, linha de financiamento da Corporação Andina de Fomento (CAF) para obras de reforma do Porto de Paracas, sob a alegação de problemas de *compliance*. O caso chegou a bom termo somente após gestões conduzidas pelo posto e pela Secretaria de Estado do MRE junto à CAF.

32. Foram também examinados, com particular atenção, os temas relacionados à integração física entre o Brasil e o Peru, a exemplo da Rodovia Interoceânica Sul, ligando o

Brasil aos portos marítimos de Ilo, Matarani e San Juan de Marcona, no sul do Peru, com importante papel no transporte de cargas entre os dois países, embora esteja longe de ter atingido seu potencial. Cabe ressaltar que, em termos de conexão hidroviária, existem pendências dos dois lados, como os elevados valores de fretes entre o norte do Brasil e o Peru, com espaço para o estabelecimento de diálogo sobre o tema.

33. Com relação à integração ferroviária, o governo peruano passou a reavaliar, em março de 2016, o prosseguimento do projeto de interconexão ferroviária bilateral, objeto de memorando de entendimento trilateral com a China. Em que pese à assinatura do compromisso, o projeto careceu do apoio do governo de Kuczynski. O novo presidente Martín Vizcarra, ex-ministro de Transportes, compartilharia da visão sobre a inviabilidade e os altos custos do projeto. Como alternativa à Ferrovia Transcontinental, as autoridades peruanas têm manifestado interesse acerca das tratativas com a Bolívia, com vistas à elaboração do denominado Corredor Ferroviário Bioceânico Central (CFBC), que se conectaria, a partir daquele país, com portos do sul peruano e com a malha ferroviária oeste brasileira, em Corumbá. Segundo avaliação do governo peruano, o interesse do Brasil no transporte de carga em direção ao Pacífico seria decisivo para o projeto.

SETOR DE PROMOÇÃO COMERCIAL (SECOM)

34. No período compreendido pelo presente relatório, o intercâmbio comercial vem demonstrando sinais de vigor: em 2015, a corrente de comércio caiu 6% com relação a 2014, embora tenha se mantido ligeiramente acima do patamar de US\$ 3 bilhões. Em 2016, aproximou-se de US\$ 3,2 bilhões e fechou 2017 em US\$ 3,8 bilhões (o segundo nível mais alto dos últimos vinte anos, atrás apenas dos resultados de 2013).

35. Como já mencionado, a principal dificuldade a esse respeito refere-se aos efeitos dos episódios de corrupção envolvendo construtoras brasileiras no Peru sobre o

ambiente local de negócios. Desde fins de 2016, o SECOM recebeu diversas reclamações acerca de alegadas práticas discriminatórias contra empresas brasileiras. Paradoxalmente, no entanto, as trocas comerciais não sofreram abalo significativo e, apesar do desgaste político interno recente, tanto as exportações brasileiras como as peruanas têm apresentado tendência de alta, com progressiva diminuição do déficit comercial do Peru com o Brasil.

36. O SECOM participou intensamente das principais feiras internacionais sediadas no país, como o Salão Internacional de Tecnologia para a Defesa e a Prevenção de Desastres Naturais; a EXPOALIMENTARIA; a mencionada PERUMIN; e a MISTURA, principal evento gastronômico do país, visitado a cada edição por mais de 300 mil pessoas. Cabe destacar, ainda, a organização de atividades empresariais como capacitações e seminários, e as missões empresariais da APEX-Brasil de 2016 e 2018), com aproximadamente 50 empresários brasileiros dos setores de máquinas e equipamentos, casa e construção, alimentos e bebidas e higiene e cosméticos. O Setor acompanhou também os encontros de representantes da EMBRAER com autoridades peruanas, a fim de apresentar produtos de defesa (entre eles o KC-390); e o "workshop" sobre bioequivalência, iniciativa da ANVISA, em parceria com a Associação Brasileira da Indústria Farmoquímica e de Insumos Farmacêuticos (Abiquif), que contou com a participação de 100 técnicos peruanos da Diretoria-Geral de Medicamentos, Insumos e Drogas (DIGEMID).

37. No que tange temas de acesso a mercado, o Peru tem buscado garantir a entrada de produtos agrícolas e agroindustriais. Para tanto, os temas sanitários e fitossanitários têm ocupado posição de destaque na agenda em todos os encontros bilaterais recentes, inclusive em alto nível. Do lado brasileiro, há interesse na abertura do mercado peruano para produtos cárneos. Em visita a Lima, em outubro de 2017, o ministro da Agricultura, Blairo Maggi, acordou com seu homólogo anunciar proximamente a conclusão dos estudos para acesso de leite evaporado peruano ao Brasil e da carne suína do Brasil ao Peru. Inspectores peruanos já realizaram visita para avaliação do sistema brasileiro, assim como também já se concretizou missão

brasileira de inspeção à planta da empresa "Gloria S.A", no marco dos estudos para entrada do leite evaporado ao Brasil.

COOPERAÇÃO JURÍDICA

38. Nos últimos anos, a cooperação jurídica despontou como aspecto construtivo da relação bilateral. Em vista da repercussão da operação Lava Jato no Peru, é reconhecida, pela opinião pública e pelos meios políticos e jurídicos, a importância do diálogo entre a "Fiscalía de la Nación" e o Ministério Público no Brasil. A assinatura de acordo de cooperação jurídica com a Procuradoria-Geral da República (PGR), em junho de 2017, tem dado à "Fiscalía" acesso à parte da delação premiada de executivos da Odebrecht relativa a atos de corrupção praticados no Peru.

39. Considero que o Posto deve continuar a acompanhar os desdobramentos jurídicos da operação Lava Jato no Peru, com especial enfoque nas eventuais implicações para o relacionamento bilateral, bem como continuar a prestar apoio às autoridades brasileiras encarregadas do tema. Seria conveniente, ademais, dar prosseguimento à negociação de Acordo de Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Civil, cuja contraproposta brasileira mais recente foi submetida à análise peruana em março de 2018.

TEMAS DE DEFESA

40. O diálogo entre as forças armadas de Brasil e Peru encontra-se institucionalizado pelo Acordo-Quadro de Cooperação em Defesa, promulgado em 2013, que estabeleceu as bases para o intercâmbio acadêmico, a realização de operações conjuntas e o compartilhamento de inteligência. Nesse contexto, foram empreendidas duas grandes ações conjuntas de cooperação militar. No âmbito da operação Amazônia 1, realizou-se, em junho de 2017, exercício de manobras conjuntas entre as forças armadas de Brasil, Colômbia e Peru. Na "Amazonlog", por sua vez, o Brasil sediou, em dezembro de 2017, exercício de logística em solo amazônico, convidando as forças armadas de Peru e Colômbia.

41. O encontro entre o então ministro da Defesa do Brasil, Raul Jungmann, e seu homólogo peruano, em Tabatinga, em agosto de 2017, consistiu importante marco no que se refere à parceria bilateral em temas de defesa. Na ocasião, foram projetadas diversas iniciativas conjuntas, especialmente na área de inteligência.

42. Com dois acordos em negociação (Comissão Binacional Fronteiriça e Apoio a Desastres Naturais), é recomendável que se reserve especial atenção aos temas de defesa. Trata-se de setor com pronunciado potencial para parcerias. Em matéria de gestão de riscos e desastres naturais, tema que tem sido objeto de marcada atenção por parte das Forças Armadas peruanas, vislumbram-se oportunidades de negócios para a indústria de segurança e de defesa do Brasil, além de possibilidades de cooperação entre as forças armadas dos dois países.

COOPERAÇÃO NO COMBATE AO NARCOTRÁFICO E OUTROS ILÍCITOS TRANSNACIONAIS

43. Brasil e Peru aprofundaram a cooperação em matéria de combate a ilícitos transnacionais, particularmente no que tange ao tráfico de entorpecentes. A colaboração entre Brasil e Peru para o combate ao narcotráfico desenvolve-se ao amparo do Convênio de Cooperação Interinstitucional entre a Polícia Federal do Brasil (DPF) e a Polícia Nacional do Peru (PNP), assinado em 2009. Em sua mais recente renovação, em 2017, foi ampliada a cooperação em matéria de inteligência (inclusive, com a criação de adidância da ABIN na embaixada).

44. Nos últimos três anos, foi dada continuidade à "Operação Trapézio", além de ter sido realizada, em 2017, a primeira "Operação Amazônia". Foi também realizada, em setembro de 2017, a IX Reunião da Comissão Mista Brasil-Peru sobre Drogas e Temas Conexos.

45. Cabe anotar que foram envidados esforços para manter a coordenação no âmbito do Mecanismo Trilateral sobre Drogas Brasil-Peru-Bolívia, cuja mais recente reunião teve lugar em agosto de 2016, em Brasília. Cumpre advertir, contudo, sobre as persistentes dificuldades na articulação desses encontros trilaterais. Estimo fundamental insistir nessa coordenação entre os três países, com o concurso da Bolívia, ator incontornável para se progredir regionalmente nessa matéria.

46. Houve, igualmente, nos últimos anos, encontros multilaterais na área de combate a ilícitos. O posto acompanhou a 58ª Sessão da Comissão Interamericana para o Controle de Abuso de Drogas (CICAD), promovida em novembro de 2015. No mesmo mês, participou da V Reunião de Ministros em Matéria de Segurança Pública das Américas, na qual a delegação brasileira foi chefiada pelo então ministro da Justiça.

47. Tendo em conta o nível da colaboração entre DPF e PNP, o principal desafio no que diz respeito ao combate aos ilícitos transnacionais é a manutenção e ampliação dos esforços bilaterais que têm logrado avanços significativos nos últimos anos.

ENERGIA E MINERAÇÃO

48. A embaixada acompanhou a conjuntura do setor energético peruano, item fundamental da pauta peruana de exportações, e os principais foros relacionados à matéria. Entre as ações empreendidas, destacou-se a divulgação, entre as autoridades peruanas e o setor privado local, da Plataforma para o Biofuturo, cuja primeira conferência foi realizada em São Paulo, em outubro de 2017.

49. Houve, no entanto, nos últimos anos, forte retração da presença brasileira no setor energético local, iniciada com a saída da Petrobras do mercado peruano em 2014 e acentuada pela paralisação das obras do Gasoduto Sul Peruano (GSP), depois que o Peru interrompeu o contrato com o consórcio liderado pela Odebrecht.

MEIO AMBIENTE

50. O diálogo bilateral em temas ambientais beneficia-se da semelhança entre os desafios, enfrentados pelos dois países, para monitoramento e controle de desmatamento e promoção do manejo florestal sustentável na Amazônia. A embaixada procurou acompanhar os diversos contatos mantidos entre órgãos técnicos do setor ambiental. Em 2017, a Agência Brasileira de Cooperação do MRE financiou a participação de técnicos da Agência Peruana de Cooperação Internacional (APCI) e da Agência Peruana de Águas (ANA) em reuniões sobre gestão de recursos hídricos na América do Sul.

51. Tendo em consideração os graves desastres naturais que atingiram o Peru nos primeiros meses de 2017, para cuja mitigação o governo brasileiro prestou importante colaboração humanitária, observou-se renovado interesse peruano por Acordo de Cooperação entre a Defesa Civil brasileira e sua homóloga local, o Instituto Nacional de Defesa Civil.

52. Em outra área relacionada à cooperação ambiental, o lado peruano também manifestou interesse em adensar a interlocução no marco da Reunião de Administradores de Programas Antárticos Latino-americanos (RAPAL), cuja próxima edição ocorrerá no Brasil, em setembro de 2018, o que constituiria oportunidade para aprofundar o diálogo bilateral.

53. Apesar do intenso diálogo já existente, aguarda-se a reativação do Grupo de Cooperação Ambiental Fronteiriça Brasil-Peru (GCAF), cuja última conferência ocorreu em fevereiro de 2015. O relançamento da agenda ambiental pode diversificar a pauta bilateral, como no caso das políticas peruanas para combate à mineração ilegal, que tem sua principal área de expansão na região próxima à fronteira, em Madre de Dios, onde são recorrentes os episódios de contaminação por mercúrio.

TEMAS CULTURAIS E EDUCACIONAIS

54. A difusão cultural e a cooperação educacional desempenharam papel importante na manutenção de uma imagem positiva do Brasil no Peru. A receptividade às manifestações culturais brasileiras, a crescente demanda pelo ensino da língua portuguesa e o interesse de instituições culturais por parcerias no setor não se viram contaminados pelos desdobramentos locais da operação Lava Jato. Mesmo em um contexto de restrições orçamentárias e de recuo do apoio de empresas brasileiras aqui instaladas, foi possível realizar e participar de vários eventos importantes.

55. O posto procurou dar apoio institucional aos grandes eventos culturais do país e a iniciativas de promoção de artistas brasileiros no Peru. As instalações do Centro Cultural Brasil-Peru (CCBP) foram disponibilizadas para exposições e apresentações financiadas com recursos próprios de seus idealizadores. Ademais, cabe destacar o desenvolvimento do Projeto "Portas Abertas", que promove oficinas culturais multiplicadoras e difusoras da cultura do país, com envolvimento da comunidade brasileira em Lima, sem custos para a Embaixada, e "do Cine Brasil", com cativo público de peruanos. Desse modo, o CCBP tem logrado consolidar-se como espaço cultural de referência em Lima.

56. Na área educacional, o objetivo de refinar as orientações transmitidas aos candidatos do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) foi alcançado, tendo-se logrado, pela primeira vez, em 2017, a aprovação de 100% dos candidatos inscritos no posto. O setor de cooperação educacional procurou atender à crescente demanda pelo ensino de língua portuguesa e aprimorar a divulgação dos programas e convênios existentes (PEC-G, PEC-PG, PAEC-OEA e UNILA). Um dos principais desafios refere-se à dificuldade de divulgação desses programas no interior do Peru.

57. Não obstante as gestões feitas pela embaixada, o reconhecimento de títulos de brasileiros no Peru continua a

enfrentar impasse. Por um lado, existem limitações ao cumprimento, pelo governo brasileiro, de acordos envolvendo universidades, devido à autonomia que detêm. Por outro, vigora localmente interpretação, adotada pelo órgão responsável pelo reconhecimento de títulos acadêmicos no Peru, do Acordo de Intercâmbio Cultural de 1973, pela qual não se permite a cidadãos brasileiros procedimento expresse de revalidação, embora essa facilitação se aplique a peruanos com títulos obtidos em instituições brasileiras.

58. Reputo como exemplo de boa prática, na área educacional, a realização, em abril de 2017, da "Feria Estudia en Brasil", na Pontifícia Universidade Católica do Peru (PUCP). Com público de mais de 5 mil visitantes, superando as expectativas, a feira contou com a presença de 41 universidades (em vários casos representadas por seus reitores), institutos federais e entidades ligadas ao turismo. Também propiciou a elaboração do "Guia del Estudiante Peruano en Brasil" e o intercâmbio acadêmico entre instituições universitárias de ambos países. Seria recomendável a repetição, com o devido espaçamento, de evento congênere, dado o marcado interesse gerado entre jovens peruanos pela perspectiva de realizarem seus estudos de graduação e pós-graduação em instituições brasileiras.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

59. O Brasil possui, com o Peru, seu programa de cooperação técnica mais extenso na América Latina, com um total de dez projetos em execução, em áreas como saúde, agricultura, recursos hídricos, desenvolvimento social e trabalho, e meio ambiente. É importante destacar que boa parte dos projetos já desenvolvidos e em andamento envolvem a zona de fronteira.

60. A embaixada procurou apoiar os contatos entre os atores primariamente envolvidos nas iniciativas de cooperação: ABC e a APCI. Há, ainda, frequentes iniciativas de caráter humanitário.

61. A cooperação técnica bilateral não é, contudo, livre de percalços. Dificuldades orçamentárias por vezes acarretam que iniciativas sejam descontinuadas, paralisadas ou reduzidas em amplitude. Além disso, a exigência de assinatura de ajustes complementares coloca em risco a feitura de novos projetos, pois há quem considere que seus textos deverão ser objeto do mesmo trâmite que qualquer outro instrumento internacional. Dessa forma, o ideal seria que, no curto prazo, ambos os países garantissem fontes de financiamento, internas ou externas (cooperação trilateral), para que esse exemplar programa de cooperação técnica possa ser expandido.

SETOR CONSULAR

62. O setor consular procura zelar pelo bem-estar dos cidadãos brasileiros residentes ou de passagem no Peru. Ao longo de minha gestão, procurei aprimorar a oferta, a qualidade e a eficiência dos serviços consulares, garantindo a prestação de assistência consular e o apoio às comunidades brasileiras.

63. Segundo estatísticas do governo peruano, haveria cerca de 4 mil brasileiros residentes no Peru. Tais números, entretanto, desconsideram cidadãos com dupla nacionalidade, bem como brasileiros em situação migratória irregular, para os quais não há estatísticas confiáveis. Quanto ao fluxo turístico, cerca de 150 mil brasileiros visitam o Peru anualmente, deslocando-se principalmente para as regiões de Lima (única cidade com voos regulares procedentes do Brasil) e de Cusco (onde está Machu Picchu).

64. A embaixada acompanhou, inclusive em interlocução permanente com as autoridades peruanas competentes, os casos dos nacionais brasileiros em situação de vulnerabilidade, em particular, aqueles em situação migratória irregular, desvalidos, vítimas de violência ou exploração e presos.

65. Ademais, tratei de fortalecer a atuação dos cônsules honorários, indispensáveis em um país com as

características geográficas do Peru, onde um dos principais destinos turísticos (Cusco) está localizado a mais de 1.100 km da capital. Nesse aspecto, a recente designação de vice-cônsul honorária em Puerto Maldonado (departamento de Madre de Dios), procurou atender a expressiva comunidade brasileira na região de fronteira com o estado do Acre, em sua maioria integrada por nacionais em situação de vulnerabilidade.

66. Os principais desafios encontrados em minha gestão referiram-se à atenção consular aos brasileiros no centro-sul do Peru. A existência de centros turísticos relevantes, como Cusco, Arequipa e Puno, somada à inauguração da rodovia interoceânica, permitindo a ligação do estado do Acre com Peru, levou ao incremento da circulação de turistas naquela região, com o conseqüente aumento das demandas por assistência consular. Ainda que os cônsules honorários possam prestar orientação aos brasileiros em dificuldades, o próprio aspecto honorífico da função impõe limites tanto às prerrogativas quanto à disponibilidade de seus titulares.

67. Assim, permito-me sugerir que meu sucessor siga avaliando, juntamente com a Secretaria de Estado do MRE, alternativas para reforçar a presença consular brasileira no interior do país, eventualmente em coordenação com os demais estados partes do MERCOSUL, no âmbito dos mecanismos de cooperação consular existentes no bloco.

Marcos Raposo Lopes, Embaixador